

“TEM O POLÍTICO E TEM NÓS, QUE É O PRÁTICO”: AS CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE UMA ATIVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO MORRO DA POLÍCIA-PORTO ALEGRE

"There is the politician and there is us, the practical ones": perceptions about politics from a black woman activist of the Black Women Association from Morro da Polícia - Porto Alegre

Thaís da Rosa **ALVES**
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, Brasil
Thaisalves1406@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-8994-0247>

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

Este artigo apresenta as concepções sobre a política a partir das percepções de uma ativista comunitária integrante de uma associação de mulheres negras localizada na periferia de Porto Alegre. Com o objetivo de analisar estas concepções desde a perspectiva desenvolvida pela antropologia da política, apresentou-se um recorte a partir de entrevistas e conversas com Rosa, a presidenta da associação, que ocorreram durante a realização de um trabalho de campo nos meses de julho a setembro de 2017. Ao acompanhar suas narrativas, evidenciou-se as diferentes atribuições relacionadas ao tema que, conseqüentemente, relacionam-se com suas ações no interior da associação e com os demais agentes do universo do ativismo comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Ativismo Comunitário. Antropologia da Política. Morro da Polícia.

ABSTRACT

This article presents the perceptions about politics from a community activist who is a member of the black women Association from Morro da Polícia (Police Slum) located at Porto Alegre's outskirts. An excerpt selection from interviews and conversations with Rosa, the Association's president, was taken during fieldwork between July and September of 2017. This selection aims the analysis of political perceptions from the viewpoint developed by the anthropology of politics. By following Rosa's narratives since its biography highlighted the different designations related to the subject, which therefore links to Rosa's actions within the association along with other agents from the community activism universe.

KEYWORDS: Black Women. Community Activism. Anthropology of Politics. Morro da Polícia (Police Slum).

1 INTRODUÇÃO

A política constitui-se como um tema recorrente nas Ciências Sociais, tanto que possui um campo específico para os estudos do universo político. Porém, é possível compreender a política como um objeto que atravessou as fronteiras acadêmicas.

As diferentes abordagens em torno deste tema abrem espaço para discussões de aspectos do mundo social ao proporcionar a ampliação das concepções em torno do que é a política e suas práticas. Na tradição antropológica, a política esteve presente em diversos momentos, sofrendo modificações de abordagens conforme o desenrolar da disciplina – das denominadas sociedades sem Estado até as sociedades complexas.

Dito isto, este artigo apresenta as concepções sobre a política desde as percepções de uma mulher negra oriunda das camadas populares¹ que integra uma associação de mulheres negras: Rosa².

Rosa é presidenta da Associação de Mulheres Unidas pela Esperança (AMUE), localizada no Morro da Polícia, na periferia de Porto Alegre. Através desta organização, ela e as demais integrantes realizam um trabalho social voltado para a melhoria da perspectiva de vida dos moradores da região que se encontram em situação de vulnerabilidade social e a capacitação de mulheres para a geração de renda. A AMUE também realiza ações culturais e educacionais junto aos movimentos negros e feminista locais, além de manter parcerias com os setores público e privado.

Pensando a política como um processo constante que se faz – e refaz – no plano da vida cotidiana (NUAP, 1998; GOLDMAN, 2006), este artigo tem como objetivo analisar as concepções sobre a política desde os sentidos atribuídos por Rosa, ou seja, a análise que aqui se pretende, concentra-se nas práticas nativas em torno da política para além dos marcos oficiais do Estado.

Ao enfatizar as suas concepções, compartilha-se da ideia de Miguel (2014), em seguir as perspectivas sociais de determinados grupos em posição subalterna sobre processos sociais desde as suas posições, pelo fato de que os mesmos “[...] têm vivências comuns indisponíveis a quem não os integra” (MIGUEL, 2014, p. 79-80).

¹ A noção de camadas populares refere-se a um recorte analítico com enfoque nas experiências de vida e valores culturais de grupos de baixa renda. De acordo com Fonseca (2000), corresponde a diferentes modos de vida de indivíduos situados em uma sociedade de classes demarcada pelas desigualdades sociais.

² Por questões éticas, o nome foi trocado com a finalidade de preservar a sua identidade.



O convívio com Rosa no interior da associação, possibilitou o acesso as diversas formas atribuídas ao universo político e suas ações desde a sua posição como mulher negra líder comunitária e as relações que ela estabelece com os demais agentes que fazem parte deste meio, como, por exemplo, as associações de dentro e de fora do Morro da Polícia, os movimentos sociais, as Organizações não-governamentais – ONGs, os políticos e os representantes do Estado.

Os dados que compõem este artigo correspondem a um recorte de entrevistas e conversas realizadas com a interlocutora em um trabalho de campo de cunho etnográfico³ realizado na AMUE durante os meses de julho a setembro de 2017.

Primeiramente, será apresentada uma contextualização sobre o Morro da Polícia e a associação, bem como as opções metodológicas que foram adotadas. Em seguida, será apresentado alguns pontos norteadores da análise referentes a antropologia da política. Após, apresenta-se as concepções sobre a política de Rosa e, por fim, as considerações finais.

2 O CAMPO DA PESQUISA E METODOLOGIA

A Associação das Mulheres Unidas Pela Esperança - AMUE localiza-se no Morro da Polícia, que consiste em uma área de ocupação irregular na periferia de Porto Alegre e, portanto, não possui indicadores socioeconômicos junto a instituições oficiais (ALVES, 2018).

De acordo com Saavreda (2013), a ocupação do Morro da Polícia teve início pela proximidade com o quartel da Brigada Militar, sendo assim, os familiares dos militares que foram residir nas proximidades da localidade acabaram por ocupá-lo de forma desordenada. Mais recentemente, a sua ocupação passou a se constituir por familiares de detentos da Penitenciária Estadual – conhecida popularmente como Presídio Central – que se estabeleceram em uma zona de preservação ambiental denominada como Zona da Mata, no qual se localizam nascentes de água, ou seja, é considerada imprópria para moradia.

³ Pesquisa realizada no contexto do mestrado em Ciências Sociais (ALVES, 2018).

A Zona da Mata é composta por população predominantemente negra, sendo a maioria (53%) mulheres. As mulheres também são as principais chefes de família nos domicílios desta área e possuem baixa escolaridade. Com relação ao trabalho e renda, as ocupações predominantes são ligadas ao cuidado de idosos e crianças, trabalho doméstico e coleta de materiais recicláveis (SAAVEDRA, 2013).

A presença do Estado, nesta região, é visível através de um aparato ligado a segurança pública⁴ que demarca a origem do Morro da Polícia. Em contrapartida, há uma precariedade em relação aos demais serviços públicos, principalmente nas áreas da saúde e educação. Por conta disso, existe no local um histórico de mobilizações sociais, como a formação de organizações comunitárias, que visam garantir direitos para a população (JOBIM, KLAUCK, 2000).

O ativismo social presente no Morro da Polícia é demarcado pelos projetos de participação popular implementadas pela administração municipal de Porto Alegre, no final da década de 1980, como o Orçamento Participativo e os Conselhos Tutelares (BONETTI, 2000).

A AMUE é uma idealização de um grupo de mulheres negras integrantes de uma família⁵ de moradores no Morro da Polícia com histórico de participação em movimentos sociais da região. A associação funciona desde a sua fundação, em 2008, na casa de Rosa, que é a presidenta e uma das fundadoras da entidade, pelo fato de não possuir uma sede própria.

A falta da sede consiste no principal problema para a realização das atividades da AMUE. Por esse motivo, as ativistas solicitam espaços de outras associações locais, o que nem sempre ocorre. Houve também uma tentativa de conseguir um terreno para a construção da sede através de um processo de cedência do governo do Estado, porém, com o final da gestão estadual em 2014, o processo não foi adiante.

O conhecimento da existência da AMUE ocorreu no contexto de uma pesquisa anterior, realizada com as Promotoras Legais Populares (PLPs)⁶ que atuavam em um serviço de informação para as mulheres em situação de violência no qual Rosa integrava como PLP (ALVES, 2015).

⁴ Além da Penitenciária Estadual, localizam-se na região a Academia de Polícia Militar e o Regimento Bento Gonçalves da Brigada Militar.

⁵ Os vínculos familiares presentes na associação são de cunhadas, filhas e sobrinhas.

⁶ As PLPs são mulheres líderes comunitárias que participaram de uma capacitação legal com objetivos de construção de redes femininas de informação sobre direitos humanos, gênero e justiça (BONETTI, 2000). Após formadas, estas mulheres realizam atuações sociais voltadas para a garantia dos direitos das mulheres e a democratização do acesso à justiça.

Em 2017, com o intuito de conhecer a associação, as concepções e as práticas políticas das suas integrantes, realizou-se um trabalho de campo durante os meses de julho a setembro do mesmo ano, no qual houve uma maior aproximação com Rosa, que consiste na principal interlocutora das análises desde o acesso às narrativas de sua biografia (HOULE, 2008).

Porém, ressalta-se que, o fato de trazer as concepções sobre a política a partir de Rosa não a torna “a representante” do ativismo do Morro da Polícia (MINTZ, 1984; FLEISCHER, 2007), visto que a associação é formada por mulheres negras com diferentes posicionamentos políticos que não serão explorados no presente artigo.

Para tanto foram analisadas entrevistas e conversas, realizadas no período já referido, como forma de elucidar os sentidos atribuídos à política e que, de certa forma, compõem as práticas da interlocutora no interior da associação e com os demais grupos com os quais ela se relaciona.

Neste contexto, foram realizadas duas entrevistas gravadas e conversas informais⁷. A priorização de conversas em detrimento de entrevista gravadas ocorreu por conta do tema proposto. Ao falar sobre política, um assunto que pode ser considerado como “delicado” dependendo dos diferentes sentidos e *fazeres* políticos dos interlocutores (GOLDMAN, 2006; PALMEIRA, HEREDIA, 2010), poderia acarretar em um mal-estar entre a entrevistadora e a entrevistada (BOBADILLA, 2016).

3 ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA

Realizar uma pesquisa na qual buscou-se compreender as concepções sobre a política desde a perspectiva de uma ativista de camadas populares, despendeu um reflexivo e minucioso trabalho. Para dar conta deste desafio, lançou-se mão de um olhar que pudesse auxiliar na apreensão destes sentidos. Sendo assim, optou-se pela utilização de uma abordagem que auxiliou em tal tarefa: a antropologia da política.

Os fenômenos políticos constituem um vasto campo de estudos antropológicos, principalmente no desenvolvimento da antropologia brasileira. Dois acontecimentos podem ser considerados os propulsores da expansão de uma abordagem antropológica no país para campos, até então, explorados pela sociologia e ciência política: a redemocratização

⁷ As conversas foram registradas em diário de campo durante visitas, reuniões e eventos realizados pela associação.

na década de 1980 e a introdução de estudos sobre o Estado, políticas migratórias, populações indígenas e movimentos sociais (COMERFORD, BEZERRA, 2013).

Os estudos da antropologia brasileira acabaram por se desvincular da antropologia política, tal como se originou em meados do século XX, para uma antropologia da política. O termo, cunhado pelo antropólogo Moacir Palmeira, tem como principal objetivo

[...] refletir sobre a política para além das definições legais ou modelares numa sociedade que pensa as atividades políticas como constituindo um domínio à parte de tantos outros – o econômico, o jurídico, o artístico, etc. – envolvendo agentes sociais específicos, quando não ‘especialistas’ ou ‘profissionais’ (PALMEIRA, BEZERRA, 2004, p. 09).

Esta perspectiva pretende olhar para a política “[...] tal como definida por diferentes grupos e sociedades, com ‘olhos de antropólogo’, isto é, com olhos e todos os outros sentidos acionados na prática do pesquisador treinado de um modo singular” (PALMEIRA, BARREIRA, 2004, p. 09).

Quando falamos em antropologia da política, um dos principais pontos é de que o local de onde partimos é nossa própria sociedade. Ou seja, ao contrário de uma antropologia clássica, que buscava em outros contextos culturais aqueles tidos como os “outros”, para assim acessar suas diferenças com intuito de comparação, na antropologia contemporânea, a qual pode-se incluir uma abordagem da política, as alteridades são acessadas dentro de um campo compartilhado entre observador e observados.

O caso de associar um conjunto de símbolos, que a priori pode nos conduzir a pensar que um estudo antropológico nestas perspectivas seria “mais fácil”, uma análise antropológica feita a partir da “sociedade do observador”⁸ possui armadilhas que podem nos levar a dois caminhos de risco. O primeiro está relacionado com o fato de buscar fenômenos considerados “marginais”, ou seja, distantes da esfera dominante e o segundo, ao contrário, centra-se em eixos de poder com o intuito de retomar os formatos privilegiados tradicionalmente pela antropologia (GOLDMAN, 2006).

Sendo assim, ao propor um estudo a respeito de práticas políticas através do olhar antropológico desde um determinado grupo que compartilha o mesmo sistema político de quem observa o fenômeno, precisa-se desconstruir alguns elementos que cristalizaram as análises sobre a política.

⁸ Refere-se ao conceito cunhado nos anos de 1960 para designar a virada dos estudos realizados nas sociedades “primitivas” para as demais sociedades denominadas como “sociedades complexas” (PEIRANO, 1983).

O primeiro, corresponde às narrativas negativas. De acordo com Goldman (2006), uma análise antropológica da política não se resume a explorar o nosso próprio sistema político pelas narrativas negativas da falta, isto é, por um ponto de vista que atribui aos problemas do sistema à ausência de elementos considerados essenciais, como falta de racionalidade, falta de informação, falta de tradição e organização partidária, falta de eficiência governamental, etc. (GOLDMAN, SANT'ANA, 1999).

O segundo, são os julgamentos de valor. Goldman (2006) alertou que, quando temas tão centrais em nossas vidas são submetidos à análise, como o caso da política, existe uma tendência a julgar certos valores que a envolvem. Em contrapartida, a antropologia da política busca revelar um entendimento sobre o funcionamento mais palpável sobre o sistema político, rompendo com estes julgamentos de valor que permeiam o tema da política.

E, por último, a questão da centralidade. Ao se ter como objeto de pesquisa dimensões que são consideradas centrais pela comunidade intelectual, como é o caso da democracia e o Estado, é preciso refletir até que ponto a centralidade está presente ou não para aquelas e aqueles com os quais estudamos. Para tanto, é imprescindível considerar as práticas nativas como teorias políticas, ou seja, passar a ver os processos políticos a partir do ponto de vista deslocado do nativo para a produção de um olhar alternativo e a partir disso, realizar a análise antropológica sobre a política (GOLDMAN, 2006).

Estas características descritas acima determinam quais são os principais objetivos e elementos que estruturam a perspectiva da antropologia da política que rompe com sua antecessora, a antropologia política, mas não abandona o conhecimento construído no desenvolvimento antropológico da disciplina para mudar o foco do olhar sobre a política, questionando as fronteiras das atividades políticas – sistema, Estado, instituições – que podem restringi-la a uma visão normativa.

Dessa forma, a antropologia da política surge como uma proposta alternativa para as práticas políticas ao gerar novas lentes para olhar como a política se desenvolve no plano do cotidiano.

4 AS CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE ROSA: A “POLÍTICA” VERSUS O “MOVIMENTO”

As concepções sobre a política de Rosa foram acessadas desde suas narrativas e memórias que percorreram suas relações com os seus familiares, com as lideranças comunitárias de dentro e de fora do Morro da Polícia e com os denominados políticos profissionais (vereadores, deputados, prefeitos e assessores).

Rosa é uma mulher negra de mais de 50 anos, casada, mãe de quatro filhos e avó de seis netos. Sua história de vida é entrelaçada com o Morro da Polícia e com o que ela denomina de “movimentos”⁹. A sua mãe e irmã foram quem, de certa forma, a iniciaram neste meio.

Minha história nos movimentos vem de família. Minha mãe acolhia os antigos “catadores de jornais”, ela ajudava muita gente, ajudava os presos que eram agredidos. Minha irmã também era “meio revoltada” desde nova. Ela começou no Julinho [Colégio Júlio de Castilhos] o movimento estudantil, depois ela foi do [Movimento] Palmares. Ela também participou da fundação do PT [Partido dos Trabalhadores]. Agora ela “largou de mão”, cansou disso, agora ela é alquimista, mexe com plantas, essas coisas. Mas ela ainda me dá muitos conselhos (Rosa, Diário de Campo, doravante DC, 18/07/2017).

Rosa é *faxineira*, cuidadora de idosos e cabeleireira autônoma como forma de complementar a sua renda com a do marido que trabalha como mecânico de automóveis. Praticamente toda a sua família realiza algum trabalho comunitário, por isso a mesma costuma mencionar que sua família “vive” a associação.

Além de integrar a AMUE, Rosa é Promotora de Saúde da População Negra¹⁰ e Promotora Legal Popular, mas no momento da pesquisa ela se encontrava afastada dessas duas funções. Rosa possui contato com três movimentos sociais: o da luta pela moradia, o movimento negro e, mais recentemente, o movimento feminista, porém, ela não se identifica como militante destes movimentos, inclusive, ela tece algumas críticas a eles.

No movimento de luta pela moradia entrou “política” e muita gente se afastou, eu ia antes para a rua bater panela, mas aí dividiu em quem era da “luta” e quem era da “política”, os partidos tomaram conta. O “movimento” se dividiu, porque tem o “político” e tem nós, que é o “prático”. Quem foi morar em ocupação do “movimento” se arrepende por causa disso e quer

⁹ Embora exista uma bibliografia que trate das teorias dos movimentos sociais e associativismo, no presente texto o mesmo aparecerá como uma expressão êmica utilizada pela interlocutora, que assim como a política, possui diversos sentidos para Rosa e suas ações no interior da associação.

¹⁰ O curso de formação de Promotora de Saúde da População Negra (PSPN) é promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre e tem como objetivo o combate ao racismo institucional e a promoção da equidade em saúde visando o cumprimento da Política Nacional de Saúde da População Negra.

voltar para o Morro. Agora do “movimento” mesmo, somos só nós e os da [Vila] Conceição, que ainda tá na “resistência” (Rosa, DC, 18/07/2017).

Como uma forma de se auto identificar e identificar as práticas da associação, Rosa se coloca como parte do “movimento de mulheres negras do Morro”. Esse movimento parte de uma ressignificação a partir da forma como as mulheres da associação, principalmente Rosa, foram tratadas em alguns espaços de poder.

A gente vai na Assembleia [Legislativa], no Palácio [Piratini] e a gente já escuta: “chegaram as negrinhas do Morro da Polícia”. A gente chega mesmo e eles têm que nos ouvir, a gente tem voz e tem que falar (Rosa, DC, 05/07/2017).

Além da presença de elementos relacionados à identidade e ao território no qual a associação se encontra, há a articulação com outros movimentos sociais consolidados no cenário local, como a luta pela moradia, o movimento negro e feminista com as interseccionalidades presentes nas suas experiências como mulher negra do Morro da Polícia, resultando assim em um projeto político de “resistência” (BERNARDINO-COSTA, 2015).

Durante as conversas sobre o cotidiano da Associação, as relações com as demais organizações locais, as ONGs, o poder público e a família, Rosa enfatizava que ela era do “movimento” e seu trabalho na Associação era mais que uma mera atividade, era parte de sua “maneira de viver”.

Eu sou do “movimento”, esse aqui é meu “chão”, e o Morro é o ar que eu respiro, porque é disso que eu sobrevivo, entendeu? Tem gente que fala assim para mim ‘ai, Rosa, eu não sei de onde *tu* consegue tanta bondade, para *ti* tudo tá bom, tudo *tá* maravilhoso, para *ti* tudo é fácil’. Mas essa é a minha maneira de viver, eu gosto de me sentir assim. Eu sou uma multiplicadora do bem, não é porque eu não tenho um carro, não é porque eu não tenho uma carne para comer hoje, eu *tô* feliz igual, porque eu *tô* respirando, eu tenho água, eu caminho. Quantas mulheres estão sendo vítimas de violência, sendo agredidas dentro de casa? E eu *tô* aqui na rua, livre. Então, para quê eu vou me queixar da vida? Eu tenho mais é que ajudar os outros (Rosa, DC 01/07/2017).

Ao se colocar como quem “faz movimento”, Rosa separa a si e a associação daqueles que “fazem política”. Para ela, a política relaciona-se diretamente com partidos, candidatos e eleições, neste conjunto, somam-se as promessas de campanha e o “poder público”. Já o “movimento” é o que traz melhorias para a população do Morro, é o que “faz acontecer”, mas que não se faz sozinho. Por conta disso, elas se aproximam de universitários, ONGs e políticos, como vereadores e deputados estaduais, para dar



sequência as atividades da associação que, muitas vezes, são descontinuadas pelo fato das parcerias não serem fixas.

Mesmo com a presença de pessoas que “fazem política” em sua rede de contatos, Rosa não deixa de atribuir sentidos considerados negativos para ela, isto fica claro quando a mesma utiliza termos como “politicagem” para designar as ações desenvolvidas por quem está ligado à política partidária e “luta” como forma de explicar as suas práticas e da associação.

Me afastei [do movimento da luta pela moradia] porque entrou “política”, entrou “politicagem” no meio, aí perdeu o propósito. Aí os que estão ainda e são do “movimento” se aproximaram do movimento negro. Porque o movimento negro não é “política”, mas sim artistas, “cultura” (Rosa, DC, 01/07/2017).

O emprego da categoria “política” e seus derivados, como “politicagem”, por Rosa demonstra a relação de como a política deve ser para o que de fato ela representa para as pessoas. Goldman (2006), ao desenvolver uma etnografia da política com o movimento afro-cultural em Ilhéus, na Bahia, também encontrou diferentes significados da palavra na localidade.

O autor assinalou que o “fazer política” corresponde a uma atividade para os integrantes do movimento que possui uma carga negativa. Dessa forma a utilização do termo “cultura”, como utilizado por Rosa para designar o movimento negro, é uma forma de diferenciar a sua atividade daquelas desenvolvidas por pessoas envolvidas com a política partidária.

Diante deste olhar em torno da política, Rosa descreve-se como alguém do “movimento” que, segundo ela, é uma “prática”, ou seja, uma ação de luta contínua pelos direitos da população do Morro da Polícia. A utilização da categoria luta é permeada por sentidos que vão desde as dificuldades enfrentadas por ela para dar continuidade ao seu trabalho no local, até o próprio surgimento da associação, que é demarcado pela luta por direitos que não são cumpridos pelo poder público.

Ao explorar os variados sentidos da categoria “luta” em contextos de mobilizações coletivas, Comerford (1999) apontou que o termo representa uma forma de manifestação do valor e da resistência de determinado grupo para manter o seu espaço diante de agentes que detêm mais poder. Nas suas narrativas, Rosa afirma que a principal luta do Morro da Polícia é contra o descaso do poder público, pois ao expor que, mesmo com as dificuldades enfrentadas por ela e pelo grupo, representado na figura da associação, ela continua a sua

luta. Esta categoria reflete sobre o sentido da comunidade, da união e, também, do sofrimento, que não é individual, mas sim de um coletivo localizado, ou seja, da comunidade do Morro da Polícia.

Embora associe a sua prática ao movimento que faz “luta”, durante as conversas Rosa comentou que já trabalhou em campanhas eleitorais, principalmente para o Partido dos Trabalhadores-PT, porém, com os acontecimentos que culminaram no afastamento e, logo em seguida, impedimento da presidenta Dilma Rousseff, Rosa se afastou das campanhas eleitorais.

Seu afastamento decorre, além dos discursos midiáticos em torno de escândalos políticos, a fatores relacionados com promessas não cumpridas. Entre as promessas, ela destacou duas que fomentaram um certo ceticismo em torno da “política”: um churrasco no Morro prometido por Dilma na sua reeleição em 2014 e a cedência do terreno para a sede da associação.

Minha irmã dizia: ‘vamos lá, vamos fazer campanha’. E aí a gente acreditava, vinham as promessas e a gente ia, eu fiz a última para a Dilma, em 2014. Ela disse que se ganhasse, ia subir aqui no Morro e fazer um churrasco. Ela ganhou e não veio. O pessoal começou: ‘e aí Rosa? Quando ela vai subir?’. Ela não veio, ficou chato isso aí. Aí depois quando deu tudo aquilo lá, o impeachment, ela veio para Porto Alegre, aí queria vir aqui e eu não deixei (Rosa, DC, 05/07/2017).

A cedência de um terreno para a construção da sede da associação era uma promessa, segundo Rosa, feita pelo ex-governador do Rio Grande do Sul durante os anos de 2010 a 2014, Tarso Genro, também do PT, que não foi cumprida.

Eu gostava muito dele [Tarso Genro], não deixava ninguém falar mal, mas aí, olha o que ele fez? Ficou enrolando e não assinou lá a cedência do terreno [para a sede]. Se o Olívio [Dutra] tivesse aí ainda, ele dava a sede para nós porque esse era “bom”, ele ajudou a gente de verdade, o Tarso não. Estava tudo certinho, a gente até cercou lá na caixa d’água, e ele não assinou o termo (Rosa, DC, 08/07/2017).

De acordo com Palmeira e Heredia (2010), a promessa corresponde a forma mais antiga de relacionamento político-eleitor. Nos dois casos relatados por Rosa, ela narrou sobre duas promessas, entre outras possíveis, que não foram cumpridas pelos dois candidatos que ela apoiou e participou da campanha política e, portanto, colocado seu nome e da associação relacionados. Dessa forma “[...] as acusações são dirigidas publicamente a individualidades ou, para ser mais preciso, a reputações individuais”. (PALMEIRA, HEREDIA, 2010, p. 51). Isto fica claro quando Rosa utiliza os nomes dos

políticos – Dilma e Tarso – e não o partido deles em questão, visto que o Olívio Dutra, figura importante do PT, se estivesse com algum mandato político, iria cumprir a promessa.

Embora afirme não ter mais relacionamento com partidos, inclusive, ao relatar que havia apagado das suas redes sociais as fotografias em campanhas e com candidatos, nas eleições de 2016 para a prefeitura de Porto Alegre, Rosa participou de reuniões do Partido Democrático Trabalhista - PDT, no qual possui conhecidos.

Eu penso assim: os partidos não são ruins. Os ruins são os deputados e os aliados que pegam esse “dinheirão” todo aí. Tem gente que diz que eu sou burra de ser pobre ainda, que eu podia trabalhar em outro lugar, como [Cargo Comissionado] num posto de saúde. Mas eu falo que não quero, porque as pessoas acabam se corrompendo e eu não quero isso, além do mais, não iam me deixar participar do “movimento”, porque eles não gostam de quem trabalha com “política” (Rosa DC, 18/07/2017).

Ao colocar que o partido não é ruim, mas sim os deputados e seus aliados, Rosa expõe a diferenciação entre aqueles que “fazem política”, no caso os políticos profissionais, de quem não faz política, como ela que é do “movimento”.

Na mesma fala, Rosa sabe que se aceitasse algum cargo por conta de sua rede de relações poderia “facilitar” a sua vida financeira, porém, a entrada no mundo da política não é vista como um caminho a ser percorrido no momento por conta da carga negativa que a mesma possui para ela, visto que, se faz presente uma “[...] concepção da política como algo poluído e poluente capaz de afetar e transformar mesmos as melhores pessoas” (GOLDMAN, 2006, p. 292).

Ao questioná-la a respeito de como ocorrem as aproximações dos políticos com a associação, Rosa contou que é nos anos eleitorais que os candidatos a procuram como um canal para apresentação das suas propostas para a população do Morro da Polícia.

Eles [candidatos] vêm sempre aqui, “usam” a gente, “usam” a associação, querem “fotinho”. Eles prometem tudo que tu pode imaginar. Aqui no Morro a associação é muito cobiçada pela “política” na época de eleição (Rosa, DC, 08/07/2017).

De acordo com Palmeira e Heredia (2010), os anos eleitorais correspondem ao “tempo da política”: período que não se restringe apenas aos candidatos e eleitores, mas amplia-se para toda a população que tem sua rotina alterada. Esta relação demarcada pelas eleições foi visível durante o trabalho de campo, realizado em um ano não eleitoral, portanto, não houveram “visitas” de pessoas ligadas a partidos políticos como candidatos ou assessores naquele período.

Se as relações entre a associação e os agentes políticos externos, como o Estado e os políticos, se dá desde tensionamentos entre “política”, “movimento”, “luta” e “resistência”, as relações da associação com as demais organizações do Morro da Polícia também carregam tensões e disputas.

Ao relatar os vínculos com outros espaços comunitários da localidade, Rosa conta que participava e apoiava duas organizações locais, a associação de moradores e uma outra organização ligada à religião de matriz africana, porém, por questões envolvendo a gestão destas duas organizações, ela desfez as parcerias pois, segundo seu relato, estas entidades não realizavam um trabalho com “transparência”.

Eu trabalho com “transparência” e a AMUE é um trabalho com “transparência”, então quem está com a gente faz um trabalho ótimo, pois nós fazemos um trabalho sério (Rosa, DC, 15/07/2017).

Esta classificação entre quem trabalha com transparência e quem não, diferencia tanto Rosa e a associação das demais organizações locais. Estas medições de posicionamento entre entidades e lideranças fazem parte de um ‘jogo de honra’ (FONSECA, 2000). Neste jogo, “[...] o indivíduo mede constantemente sua posição em relação a outros, pois, como nos lembra Pitt-Rivers (1973) a honra representa um sistema ‘absoluto’: é quase impossível duas pessoas estarem no mesmo nível” (FONSECA, 2000, p. 27). Dessa forma, para manter este padrão, Rosa e as demais integrantes passaram a selecionar as organizações parceiras e os espaços de participação.

Estas tensões entre as organizações locais relacionam-se com a demarcação de disputas e interações no qual o Morro da Polícia torna-se um território gerido por grupos diversos que em determinados momentos entram em conflito por domínio, pertencimento e fixação no espaço (BOBADILLA, 2016).

Eu fiz campanha para a atual presidenta de uma associação aqui perto, a gente foi, no sol, dizendo para votar nela. Ela ajudava a gente, emprestava o espaço, a gente usava o espaço para fazer oficinas de costura. Aí depois que ganhou, acho que “subiu para a cabeça”, ela fechou as portas para nós. Outro lugar era a igrejinha aqui perto, eles emprestavam o espaço, agora não querem mais, a gente ajudou lá também. Eu me senti usada com tudo isso (Rosa, DC, 08/07/2017).

O argumento utilizado por Rosa de “subir para a cabeça” para uma possível explicação da mudança de comportamento da atual presidenta da associação que ela era parceira, é recorrente em contextos de disputas de espaço. Como sugeriu Goldman (2006), a expressão é utilizada como uma forma de manifestar que alguém esqueceu seus

preceitos leais e estaria apenas pensando e agindo em benefício próprio ao invés do coletivo.

Estas disputas ficam evidentes, por exemplo, nas trocas de acusações sobre quem faz e quem não faz “assistencialismo”. As divergências sobre as práticas consideradas assistencialistas existem, até mesmo, no interior da associação. Em uma das conversas registradas durante uma reunião com a presença das demais integrantes da AMUE, a vice-presidenta e cunhada de Rosa, Dona Lélia¹¹, comentou a respeito de uma outra organização local que não empresta mais o seu espaço físico para as atividades desenvolvidas pela AMUE, este fato ocorre, segundo Lélia, porque esta outra organização é assistencialista e isso, através do seu ponto de vista, é uma prática realizada pelos “políticos”, um “clientelismo”. Por outro lado, Rosa vê o assistencialismo com outros olhos, para ela a assistência é uma “ajuda” para melhorar as condições de vida da população do Morro da Polícia.

O assistencialismo é a única “arma” que nós temos para dar educação para esse “povo”, porque tu resgata a autoestima dessa pessoa através da ajuda ‘ah, eu não tenho como tomar um banho’, eu digo: ‘vem aqui, tomar um banho’, ‘ah, eu não tenho café’, eu digo: ‘toma aqui um café’, ‘ah, eu tenho que ir lá no cartório e não tenho uma caneta para preencher o documento’, eu digo: ‘pega essa caneta e preenche’, tu entendeu? O assistencialismo ajuda, porque é dar assistência ao outro, é a união né? O pessoal tem que ser mais solidário (Rosa, integrante da Associação, DC, 01/07/2017).

Estas visões divergentes no interior da associação, segundo Auyero (2011), envolvem duas dimensões sobre o assistencialismo. A primeira é a da sua utilidade como estratégia eleitoral e dominação do poder político sobre populações de camadas populares, como a descrita por Dona Lélia. Já a segunda, é a ideia de pensar o assistencialismo como uma estratégia dos grupos populares para solucionar problemas para além de uma “troca de favores”, como as doações de roupas, alimentos e móveis ou o apoio para as eleições do Conselho Tutelar, como relatado por Rosa.

A figura de Rosa mescla-se com a da associação, mesmo colocando-se como parte de um grupo maior formado por outras mulheres, é visível uma personalização da entidade desde a sua figura, pois é ela quem traz, a partir da sua história de vida e de suas relações pessoais, as pautas e os engajamentos que a associação irá aderir ou não nas suas práticas.

¹¹ Dona Lélia é uma mulher negra com mais de 60 anos. Além dela, sua filha também é integrante da associação.

Ao acompanhar as suas concepções sobre a política, notou-se que, embora Rosa faça uma distinção entre quem “faz política” e quem “faz movimento”, estas fronteiras entre um e outro diluem-se na medida em que a própria Rosa estabelece diferentes relações com os demais agentes presentes no universo do ativismo comunitário.

Sendo assim, buscou-se na experiência de Rosa a partir de um território demarcado por práticas políticas, disputas e conflitos em vários níveis, como o Morro da Polícia, compreender como se articula o ativismo e as diferentes dimensões da vida cotidiana, ou seja, a partir das “[...] representações sociais através das quais a política é pensada e vivida” (PALMEIRA, BARREIRA, 2004, p. 12).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar as concepções sobre a política a partir das perspectivas de Rosa: mulher negra liderança comunitária e integrante de uma associação de mulheres negras localizada no Morro da Polícia, na periferia de Porto Alegre.

A Associação das Mulheres Unidas Pela Esperança-AMUE, funciona desde a sua fundação, em 2008, na casa de Rosa, por conta disso, o espaço é uma mescla de privado e coletivo, constituindo-se como uma referência para os moradores do Morro da Polícia.

Em suas narrativas, Rosa delimita a política das práticas que ela denomina como “movimento”. Sendo a política uma atividade de pessoas específicas – os políticos – a mesma carrega, de acordo com Rosa, algumas características que não são compatíveis com quem se compromete com o ativismo comunitário. Por conta disso, como forma de separar-se de quem “faz política”, ela denomina-se como parte do “movimento”.

O “movimento”, para Rosa, consiste em “prática” que tenham resultados efetivos e imediatistas para ela e o público atendido pela associação. Esta prática relaciona-se com um vocabulário de “luta” e “resistência” frente aos “poderosos”, no caso, o poder público que está impregnado pela “política”.

As ações desenvolvidas pela associação relacionam-se diretamente com as relações que Rosa estabeleceu com movimentos sociais consolidados no cenário político mobilizatório, como a luta pela moradia, o movimento negro e os movimentos feministas. A partir destas relações estabelecidas, Rosa insere determinadas pautas para o coletivo que trazem suas especificidades como questões de classe, gênero e raça, constituindo assim

o autodenominado “movimento de mulheres do Morro”, forma como ela e as demais integrantes se autodenominam em diversos espaços.

Esta característica mais personalista, deixa em segundo plano as instituições do Estado e as organizações comunitárias ao atribuir às pessoas determinadas ações e situações, sejam positivas ou negativas, como o atendimento ou não de determinada demanda, como a questão envolvendo o terreno para a sede.

Nas narrativas de Rosa, a divisão do “político” e do “movimento” evidenciam as formas pela qual a mesma constrói estratégias dentro do universo do ativismo comunitário, pois, mesmo considerando-se com parte do “movimento”, não há impedimentos que, se necessário, ela acesse o campo da “política” para atender determinadas demandas pessoais e da associação.

Mesmo colocando-se como avessa à política, as disputas entre “política” e “movimento” permeiam as relações da associação, a partir das relações estabelecidas pela figura de Rosa com vários agentes presentes no ativismo comunitário. A associação possui uma rede de relações com outras associações locais, movimentos sociais, universitários, ONGs e, também, políticos que são acionados dependendo das suas necessidades, como utilização de espaço físico, doação de recursos, alimentos e roupas, passeios para as crianças, etc.

Estes relacionamentos não são estáveis e revelam alguns tensionamentos comuns neste tipo de ativismo, demarcado pelas disputas por visibilidade, recursos e espaço neste quadro de movimentos populares.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thais da Rosa. **Entre a faculdade da vila e o direito**: as práticas de justiça das Promotoras Legais Populares no SIM-Tudo Fácil. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) em Ciências Sociais. São Leopoldo: Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2015.

_____. **Entre a política e o movimento**: as concepções e as práticas políticas de mulheres negras no Morro da Polícia/ Porto Alegre. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) em Ciências Sociais. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2018.

AUYERO, Javier. Vidas e políticas das pessoas pobres – as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Revista Sociologias**,



Porto Alegre, n. 28, p. 126-164, set. – dez. 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/06.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília – DF, v. 30, n. 1, p. 147-163, jan. – abr. 2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/se/v30n1/0102-6992-se-30-01-00147.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2020.

BOBADILLA, Kássia B. **Nas tramas da política**: uma etnografia da ação coletiva na Favela de Vila Prudente. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) em Ciências Sociais. Guarulhos: Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2016.

COMERFORD, John. **Fazendo a luta**. Sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 1999.

COMERFORD, John; BEZERRA, Marcos O. Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política. **Análise Social**, Lisboa, v. 48, n. 207, p. 466-489, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n207/n207a09.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2020.

FLEISCHER, Soraya. **Parteiras, buchudas e aperreios**. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

GOLDMAN, Marcio. **Como funciona a democracia**: uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GOLDMAN, Marcio; SANT'ANA, Ronaldo dos Santos. Teorias, representações e práticas. *In*: GOLDMAN, Marcio. **Alguma antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 1999, p. 123-142.

HOULE, Gilles. A sociologia como ciência e vida: a abordagem biográfica. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 317-334.

JOBIM, Douglas J. dos Santos; KLAUCK, Evaldo Rosa. **Movimento popular da grande Glória**. Porto Alegre: SMC, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. A identidade e a diferença. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 75-88.

MINTZ, Sidney W. Encontrando Taso, me descobrindo. **Dados**: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.

NUAP – Núcleo de Antropologia da Política. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. **Cadernos NUAP 1**, Rio de Janeiro: NAU, 1998. Disponível



em: http://www.marizapeirano.com.br/artigos/1998_uma_antropologia_da_politica.pdf.
Acesso em: 31 jul. 2020.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2004, p. 9-22.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. Alasia. **Política ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Damará: NUAP, 2010.

SAAVEDRA, Lina P. R. **A construção da cidadania e defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade social**: a mediação social de uma ONG local numa zona da periferia de Porto Alegre. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

“TEM O POLÍTICO E TEM NÓS”: AS CONCEPÇÕES POLÍTICAS DE MULHERES NEGRAS ATIVISTAS POPULARES DO MORRO DA POLÍCIA/PORTO ALEGRE

Thaís da Rosa Alves

Mestra em Ciências Sociais – Doutoranda em Ciências Sociais
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, Brasil
Thaisalves1406@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0002-8994-0247>

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 27 de maio de 2020
Aprovado em: 11 de agosto de 2020

